

20 Análise APREN

Programas eleitorais

25 (Legislativas)

ÍNDICE

- 01 INTRODUÇÃO 3
- 02 ANÁLISE GLOBAL..... 4
- 03 RESUMO E ANÁLISE POR PARTIDO POLÍTICO 6
 - 3.1. ALIANÇA DEMOCRÁTICA 7
 - 3.2. BLOCO DE ESQUERDA 9
 - 3.3. CHEGA 11
 - 3.4. INICIATIVA LIBERAL 14
 - 3.5. LIVRE 16
 - 3.6. PARTIDO COMUNISTA..... 18
 - 3.7. PARTIDO SOCIALISTA 21
 - 3.8. PESSOAS-ANIMAIS-NATUREZA 24

01

INTRODUÇÃO

A transição energética é um passo essencial para garantir um futuro mais sustentável, resiliente e economicamente competitivo. A substituição progressiva dos combustíveis fósseis por fontes de energia renovável, o reforço das redes e infraestruturas, e a promoção da eficiência energética são pilares centrais para responder à crise climática e garantir segurança e independência energética. Portugal tem demonstrado ambição nestas matérias, mas essa ambição exige estabilidade política e visão de longo prazo para se traduzir em resultados concretos.

Nos últimos anos, a instabilidade governativa tem gerado incerteza no setor energético, atrasando decisões estruturais, dificultando a atração de investimento e comprometendo o ritmo da transição. Esta realidade torna ainda mais relevante o escrutínio das propostas que os partidos apresentam nesta fase decisiva. É nesse sentido que a APREN apresenta um resumo e análise dos Programas para as Eleições Legislativas dos partidos políticos com assento parlamentar, com o objetivo de identificar medidas claras e estruturantes que possam contribuir para uma transição energética estável, eficaz e socialmente justa.

02 ANÁLISE GLOBAL

Esta análise tem por base cinco eixos fundamentais à valorização da eletricidade renovável de forma direta e indireta (Metas e transição energética, Transição justa, Desburocratização, Mercado interno e Infraestrutura e segurança de abastecimento), para assegurar que o País cumpre os compromissos nacionais e comunitários de descarbonização, enquanto é também garantida a segurança de abastecimento e a competitividade da economia nacional e europeia.

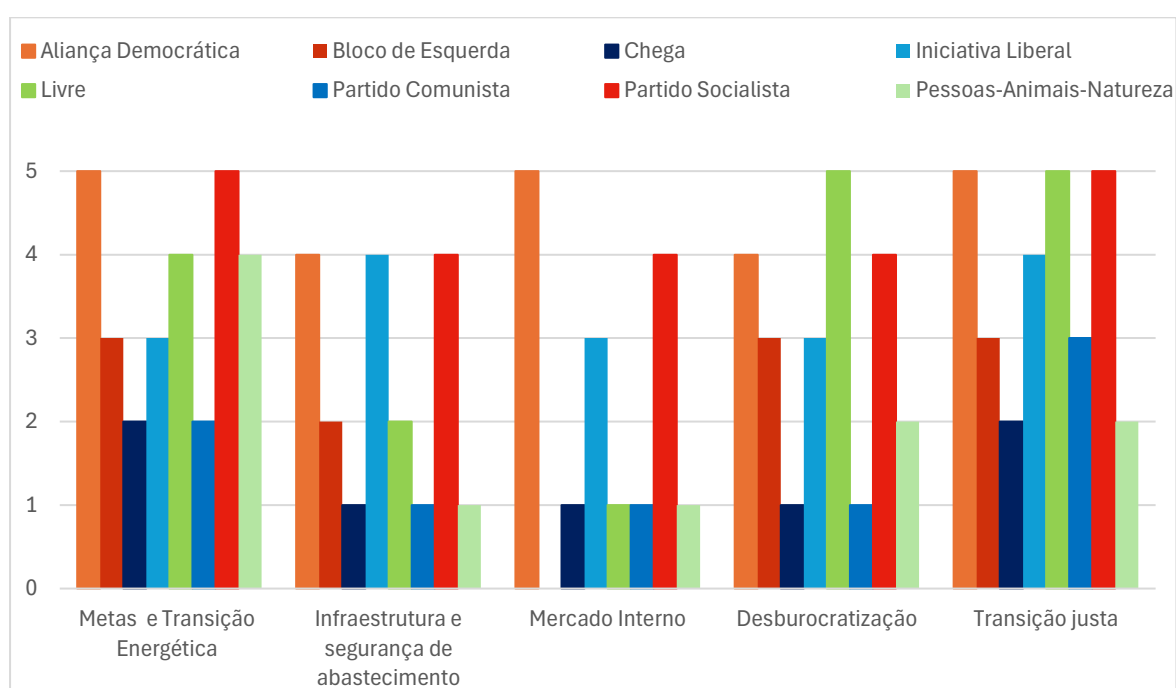


Figura 1 – Classificação de 0 a 5 para os cinco eixos considerados, com base na análise da APREN aos programas eleitorais disponibilizados pelos oito partidos políticos (demonstrada em gráfico de colunas).

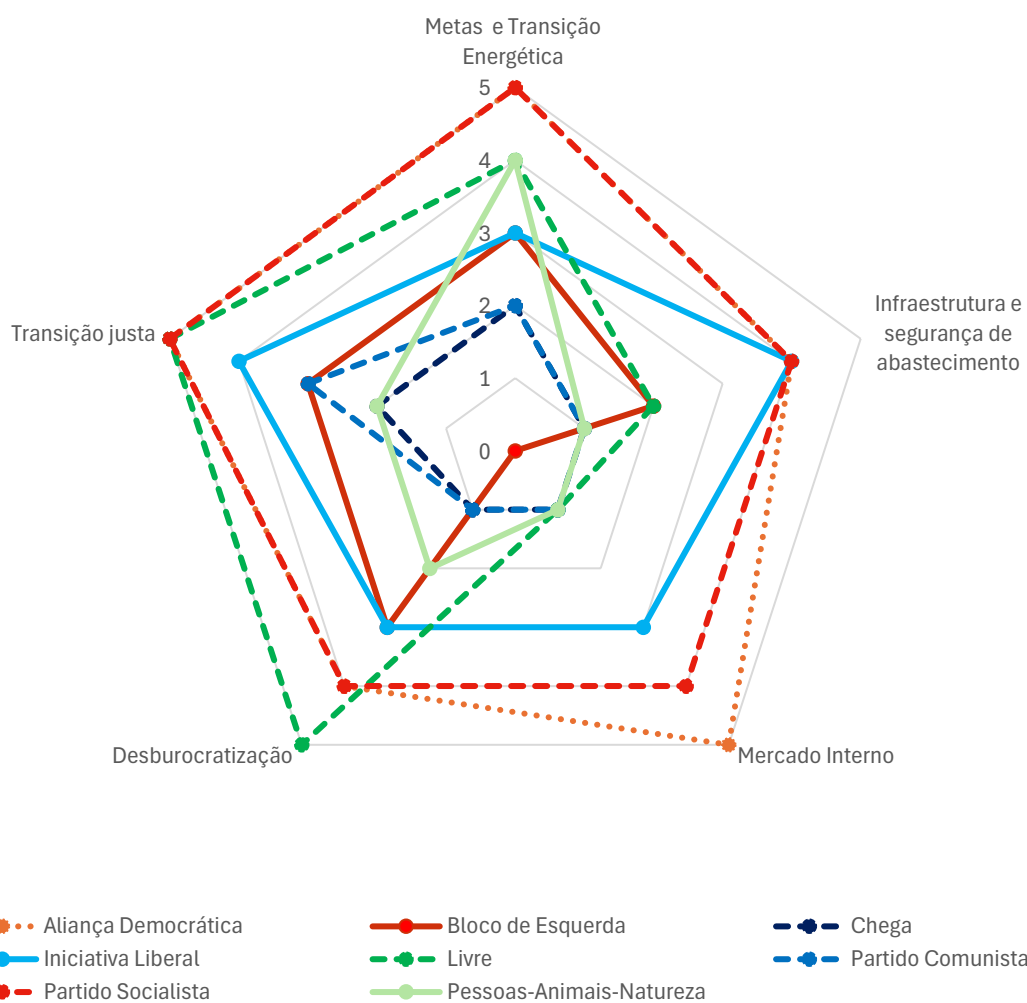


Figura 2 – Classificação de 0 a 5 para os cinco eixos considerados, com base na análise da APREN aos programas eleitorais disponibilizados pelos oito partidos políticos (demonstrada em gráfico radar).

03

RESUMO E ANÁLISE POR PARTIDO POLÍTICO

O resumo apresentado baseia-se nos temas que a APREN considerou mais relevantes destacar no âmbito da transição energética e do setor das renováveis. A seleção feita reflete uma leitura focada nos aspetos com maior impacto estratégico para o setor, sem prejuízo da existência de outras propostas relevantes nos programas eleitorais. Por ordem alfabética, segue então o resumo dos seguintes partidos políticos:

- Aliança Democrática (AD): PSD – Partido Social Democrata e CDS – Partido do Centro Democrático Social
[Link do programa eleitoral](#)
- Bloco de Esquerda (BE)
[Link do manifesto eleitoral](#)
- Chega
[Link do programa eleitoral](#)
- Iniciativa Liberal (IL)
[Link do programa eleitoral](#)
- Livre
[Link do programa eleitoral](#)
- Partido Comunista (CDU): (PCP – Partido Comunista Português e PEV – Partido Ecologista "Os Verdes")
[Link do Compromisso eleitoral PCP](#) [Link da Moção de Ação Política PEV](#)
- Partido Socialista (PS)
[Link do programa eleitoral](#)
- Pessoas-Animais-Natureza (PAN)
[Link do programa eleitoral](#)

3.1.

AD – Coligação PSD/CDS

Enquadramento Geral

- Reconhecimento dos desafios e oportunidades da transição energética e da descarbonização.
- Crítica à má execução de políticas anteriores (leilões de energia solar, comunidades de energia, autoconsumo, etc.).
- Rejeição de uma transição energética feita “a qualquer custo” — defendem equilíbrio entre ambição, sustentabilidade, racionalidade económica e neutralidade tecnológica.

Metas Estruturais

- Cumprimento dos compromissos internacionais de transição energética e descarbonização.
- Aumentar a proporção de energias renováveis no consumo final bruto de energia.
- Reduzir os custos da energia para consumidores e indústria, visando preços abaixo da média da UE.
- Reforçar as interligações energéticas europeias para eliminar a “ilha energética” ibérica.
- Combater a pobreza energética e melhorar a eficiência energética nos edifícios.

Energias Renováveis e produção de eletricidade

- Promover produção de eletricidade em terra e offshore.
- Apostar nos gases renováveis (biometano, hidrogénio verde) com foco em:
 - Regimes legais simplificados.
 - Apoios à produção e previsibilidade regulatória.
 - Meta de substituir 10% do gás natural por biometano até 2030.
- Atualizar a Estratégia Nacional do Hidrogénio (EN-H2).
- Promover biorrefinarias e valorização da biomassa florestal.

Redes, Armazenamento e Infraestruturas

- Elaborar a Estratégia Nacional para o Armazenamento de Energia.
- Rever os modelos de aprovação dos investimentos em redes energéticas.
- Estabelecer um mercado de capacidade para garantir segurança de abastecimento e atrair investimento tecnológico.
- Reforçar interligações com a UE e modernizar redes de transporte e distribuição.

Eficiência Energética e Pobreza Energética

- Rever e reforçar a Tarifa Social da Energia.
- Apoiar a compra de gás engarrafado para famílias vulneráveis.
- Implementar o Plano de Ação para uma Energia Acessível da UE.
- Estimular produção descentralizada (autoconsumo, comunidades de energia) com desburocratização do licenciamento.
- Melhorar a literacia energética dos cidadãos.

Regulação e Mercado

- Reformar e fortalecer instituições reguladoras (ERSE, DGEG).
- Desburocratizar e acelerar licenciamentos.
- Estimular concorrência em toda a cadeia de valor do setor energético.
- Criar regras transparentes e previsíveis para atrair novos operadores.
- Alinhar o mercado regulado com boas práticas europeias.
- Rejeitar medidas que aumentem o défice tarifário.

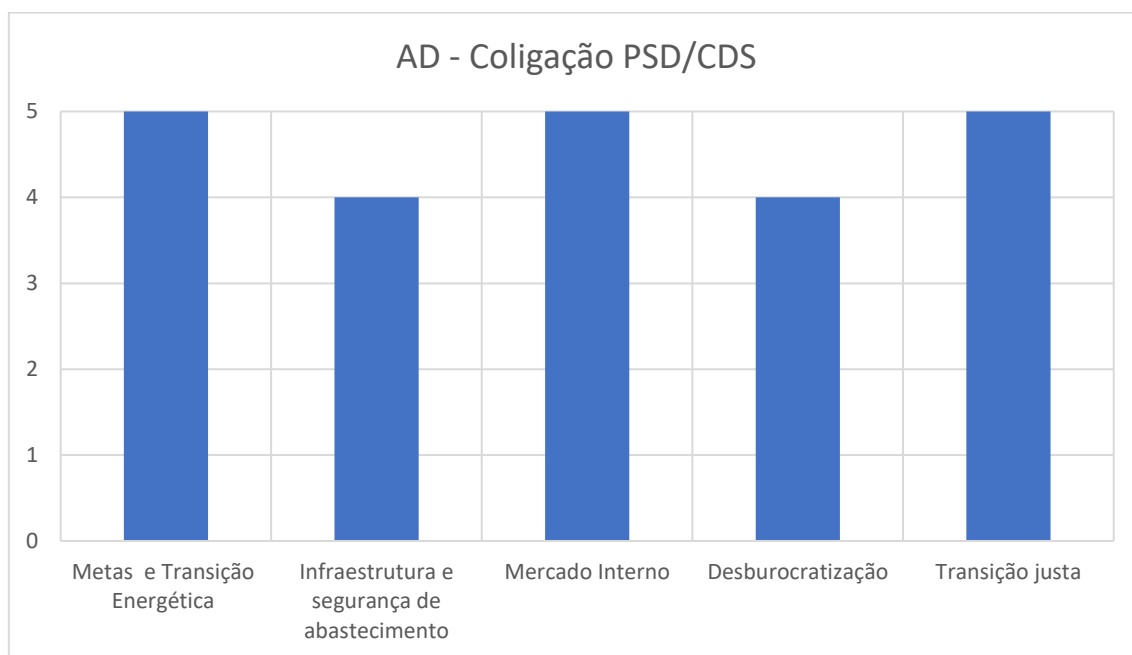
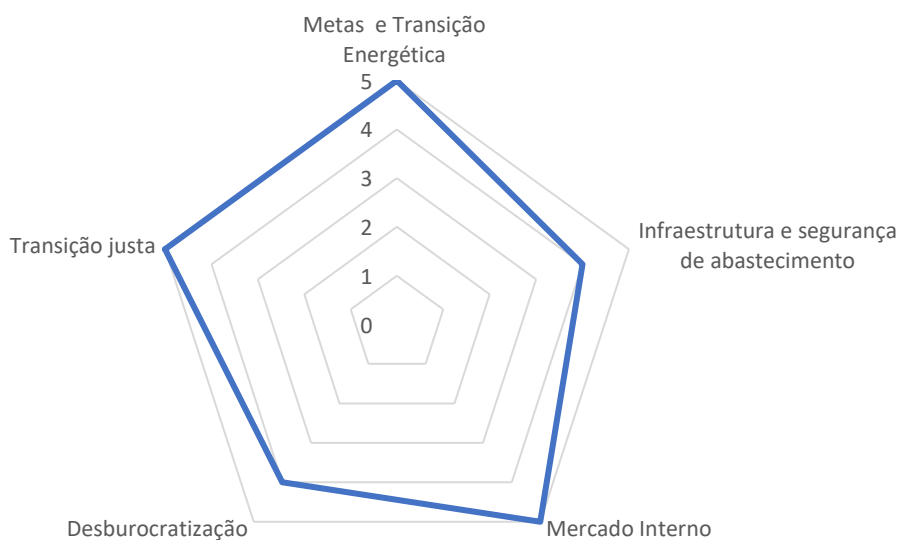


Figura 3 – Classificação de 0 a 5 para os cinco eixos considerados, com base na análise da APREN ao programa eleitoral do partido Aliança Democrática (demonstrada em gráfico radar).

3.2. BLOCO DE ESQUERDA

Transição Climática e Ecológica

- Combate às alterações climáticas como prioridade para garantir o futuro.
- Reconversão de produções poluentes.
- Reflorestação do país com envolvimento das comunidades locais.
- Proteção do bem-estar animal e da biodiversidade.
- A transição ecológica é também uma estratégia económica e social.

Energia

- Reorganização do setor energético.
- Aposta na produção renovável descentralizada.
- Recuperação do controlo da infraestrutura energética.
- Renacionalização de empresas privatizadas do setor.

Infraestruturas e Território

- Tornar o território e as infraestruturas mais resistentes a fenómenos climáticos extremos (como tempestades).

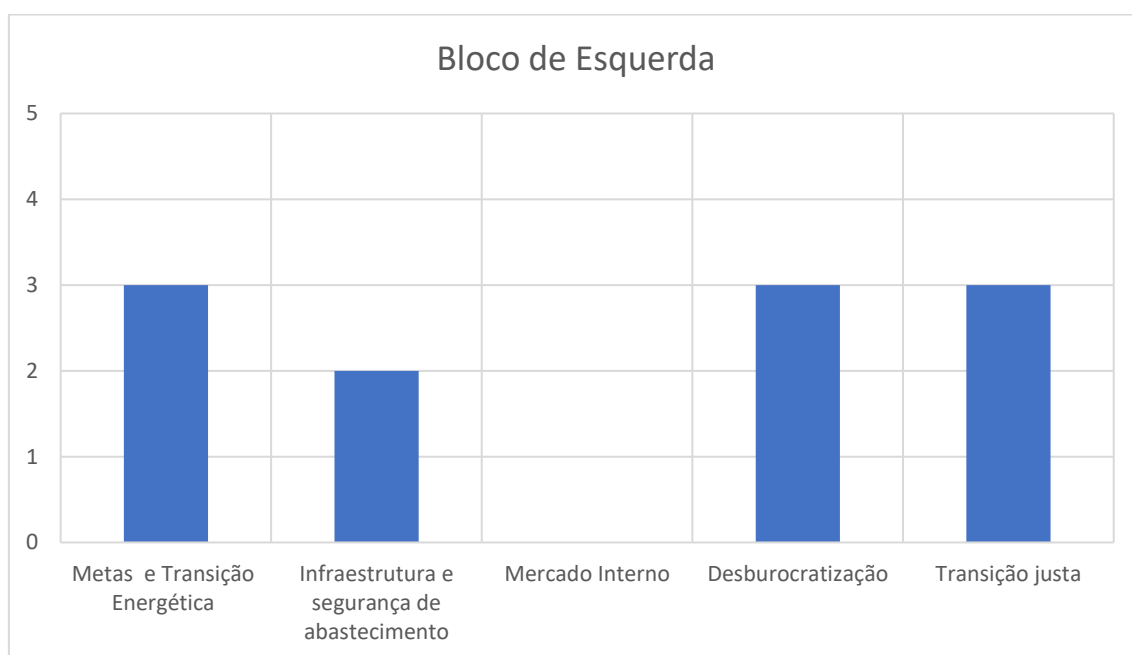
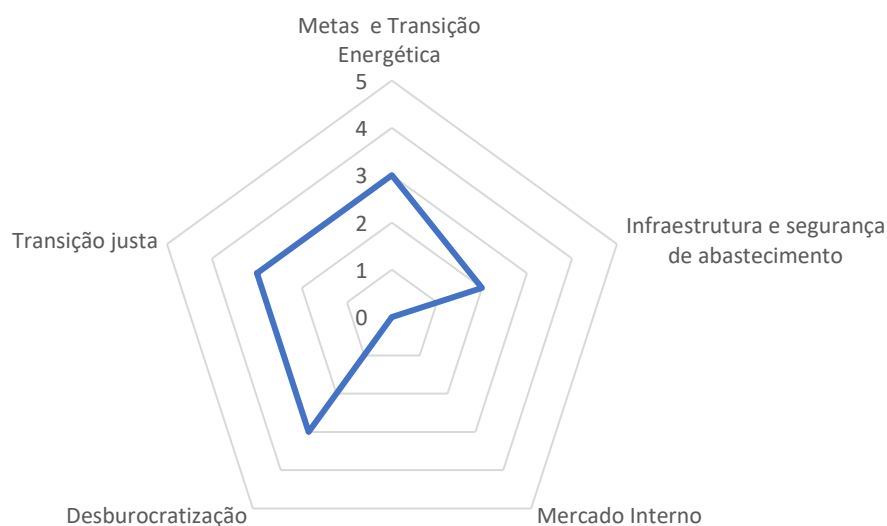


Figura 4 – Classificação de 0 a 5 para os cinco eixos considerados, com base na análise da APREN ao programa eleitoral do partido Bloco de Esquerda (demonstrada em gráfico radar).

3.3. CHEGA

Soberania Energética e Papel do Estado

- Afirmar a energia como pilar de soberania nacional.

- Criar uma Estratégia Nacional para a Soberania Energética baseada em recursos endógenos e produção limpa.
- Reforçar a presença do Estado em setores estratégicos: eletricidade, combustíveis e redes.
- Recuperar o controlo nacional do setor energético, hoje nas mãos de interesses estrangeiros.
- Combater o modelo fiscal regressivo atual e promover justiça fiscal, concorrência e desburocratização no setor.

Produção e Infraestrutura Elétrica

- Reformular o Sistema Elétrico Nacional para privilegiar a produção descentralizada e o autoconsumo, com redes inteligentes e baterias.
- Priorizar autoconsumo e projetos locais em detrimento de grandes projetos solares com impacto rural.
- Garantir Planos Energéticos Municipais em todo o país.
- Implementar soluções de armazenamento de energia (mecânica, térmica, química) e integração com a rede.
- Criar Planos Diretores Municipais de Iluminação Pública com reconversão para LED.

Energia Nuclear

- Defender a adoção da energia nuclear como solução segura e eficiente.
- Promover Small Modular Reactors (SMRs) até 300 MW e desenvolver capacidade nacional em engenharia, segurança e manutenção.
- Estimular investigação científica sobre nuclear com hidrogénio.

Eficiência Energética e Combate à Pobreza

- Rever e antecipar metas da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza Energética.
- Alargar a tarifa social da eletricidade e gás a quem aufera o salário mínimo.
- Aplicar IVA reduzido (6%) a obras de melhoria térmica em habitação.
- Melhorar a eficiência energética de edifícios públicos com materiais e técnicas sustentáveis.

Digitalização e Inovação

- Expandir as smart grids e implementar contadores inteligentes integrados com os sistemas de dados das operadoras.
- Desburocratizar os processos de homologação e certificação para carregadores de veículos elétricos.

Interligações e Segurança do Abastecimento

- Defender a implementação de corredores de gás natural entre Portugal e a Europa.
- Rever acordos internacionais que aumentem a dependência energética externa.

Diversificação Energética e Combustíveis Alternativos

- Criar uma fileira de biomassa florestal para climatização de edifícios públicos.
- Promover biocombustíveis, GNL e GNC para frotas pesadas e transportes públicos.

Lítio e Recursos Estratégicos

- Criar um grupo de implementação e monitorização da estratégia de exploração responsável e transparente de lítio, com envolvimento das autarquias.

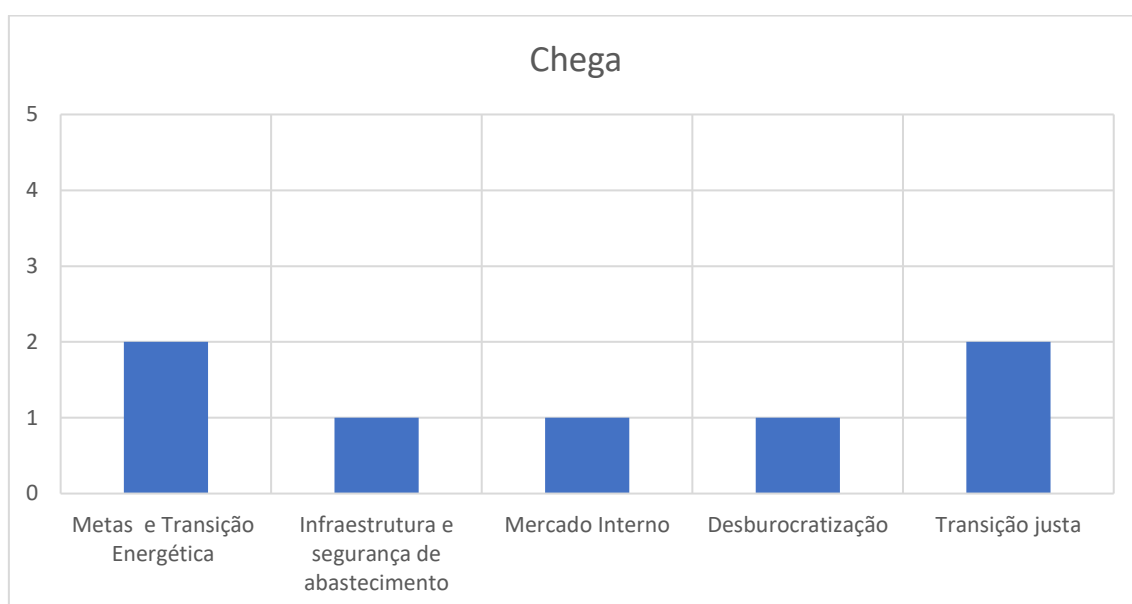
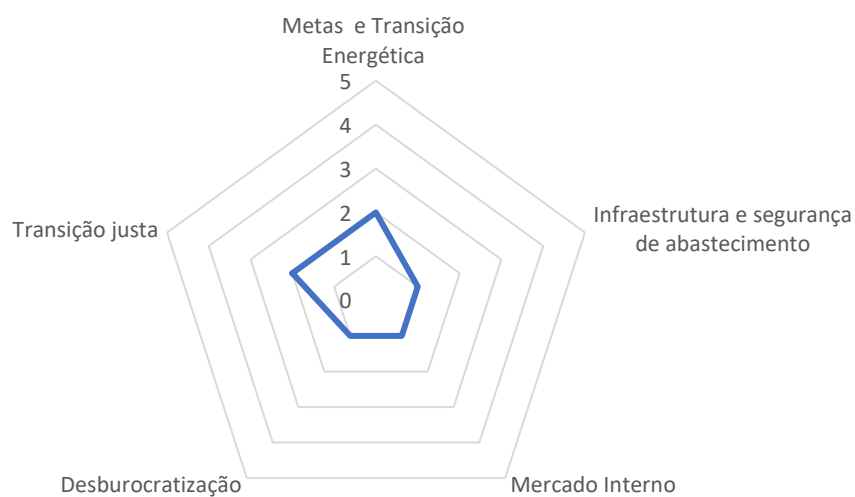


Figura 5 – Classificação de 0 a 5 para os cinco eixos considerados, com base na análise da APREN ao programa eleitoral do partido Chega (demonstrada em gráfico radar).

3.4. INICIATIVA LIBERAL

Energia e Transição Energética

- Cumprimento do trilema energético: segurança, acessibilidade e sustentabilidade.
- Mercado energético competitivo, transparente e tecnologicamente neutro.
- Meta de 80% de produção renovável até 2030.
- Aposta em fontes limpas: solar, eólica, hidroelétrica, hidrogénio e biometano.
- Foco na inovação tecnológica: baterias, combustíveis sintéticos, captura de carbono.
- Revisão prática e orientada do PNEC com metas e prazos claros.
- Defesa do nuclear na Europa e estudo da viabilidade em Portugal.
- Lançamento de leilões tecnologicamente neutros.
- Promoção do autoconsumo e comunidades de energia renovável (CER).
- Desburocratização profunda do licenciamento.

Eficiência Energética e Pobreza Energética

- Investimento na renovação do parque habitacional.
- Apoios diretos às famílias vulneráveis.
- Reforço dos programas de eficiência (janelas, isolamento, climatização).
- Inclusão de famílias nas CER e melhoria do programa E-lar.

Património Natural e Conservação

- Reforma da APA e ICNF com foco em eficiência e digitalização.
- Plataforma Interministerial para decisões integradas em ambiente e mar.
- Mapeamento e remediação de solos contaminados.
- Modelo contratual e descentralizado de gestão de áreas protegidas.
- Criação de Rede Nacional de Áreas Marinhas Protegidas.
- Estratégia de restauro ecológico e valorização dos serviços de ecossistema.

Fiscalidade Verde e Mercado de Carbono

- Redução do ISP e reforço da taxa de carbono como principal instrumento.
- Garantia de neutralidade fiscal com redução noutros impostos.
- Reforma do Fundo Ambiental focado em I&D e descarbonização.
- Consolidação das taxas ambientais e eliminação de subsídios contraditórios.
- Promoção do mercado voluntário de carbono com regulação eficaz.

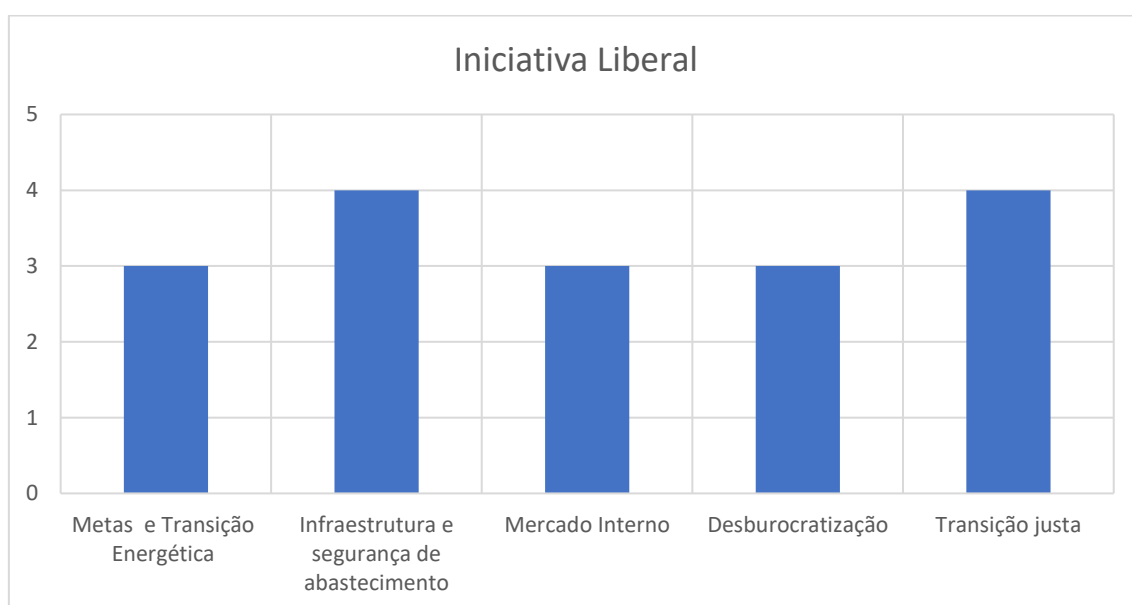
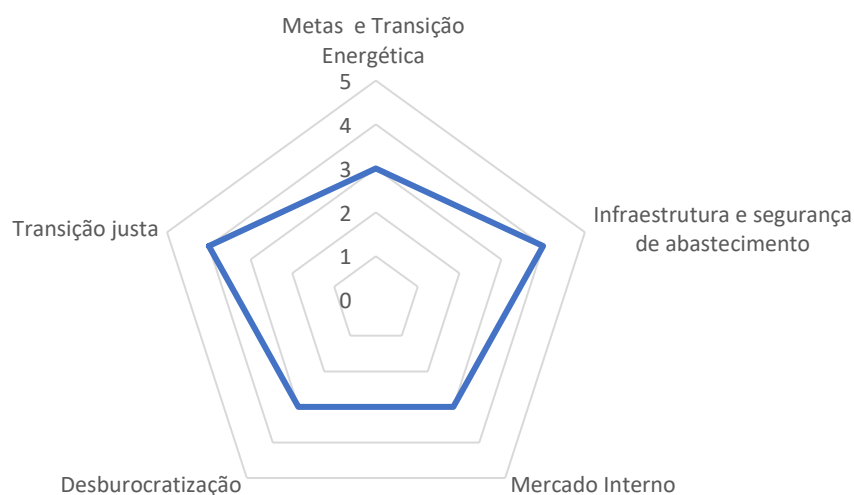


Figura 6 – Classificação de 0 a 5 para os cinco eixos considerados, com base na análise da APREN ao programa eleitoral do partido Iniciativa Liberal (demonstrada em gráfico radar).

3.5. LIVRE

Comunidades de Energia Renovável (CER)

- Promoção ativa das CER para democratizar o acesso à produção de energia renovável.
- Incentivo à formação de cooperativas de produtores e parcerias entre cidadãos e autarquias.
- Utilização preferencial de energia de CER em edifícios públicos.

- Redução de barreiras financeiras para a entrada de cooperativas no mercado de distribuição.
- Participação cidadã nas CER e nas Comunidades de Cidadãos para a Energia.
- Isenção de tarifas de acesso às redes para CER sem fins lucrativos ou com participantes em pobreza energética.
- Apoio a objetivos sociais das CER, como o combate à pobreza energética.
- Incentivo à solidariedade e inclusão de famílias vulneráveis como membros plenos das comunidades.

Regulação e Acesso

- Revisão das concessões de produção, transporte e distribuição para abrir espaço à iniciativa local.
- Alteração do net metering para 1 hora (em vez de 15 minutos) no autoconsumo e nas CER.
- Revisão do limite geográfico de UPAC (Unidades de Produção para Autoconsumo), mantendo o princípio do autoconsumo.
- Aumento do limite de potência (atualmente em 4 kW) para obrigatoriedade de contador de produção.
- Licenciamento em menos de um mês para UPACs com potência <100 kW.

Transparência e Capacitação Institucional

- Reforço de meios da Direção-Geral de Energia e Geologia para acelerar o licenciamento de CER.
- Melhoria da plataforma online e das ferramentas associadas ao licenciamento.
- Apoio técnico e financeiro às pessoas interessadas em criar CER.
- Criação de organização pública de consultoria de eficiência energética para as famílias.

Fiscalidade Energética

- Redução permanente e incondicional do IVA para 6% em todos os serviços essenciais de fornecimento de energia.
- Sem limite de consumo ou potência para aplicação do IVA reduzido.

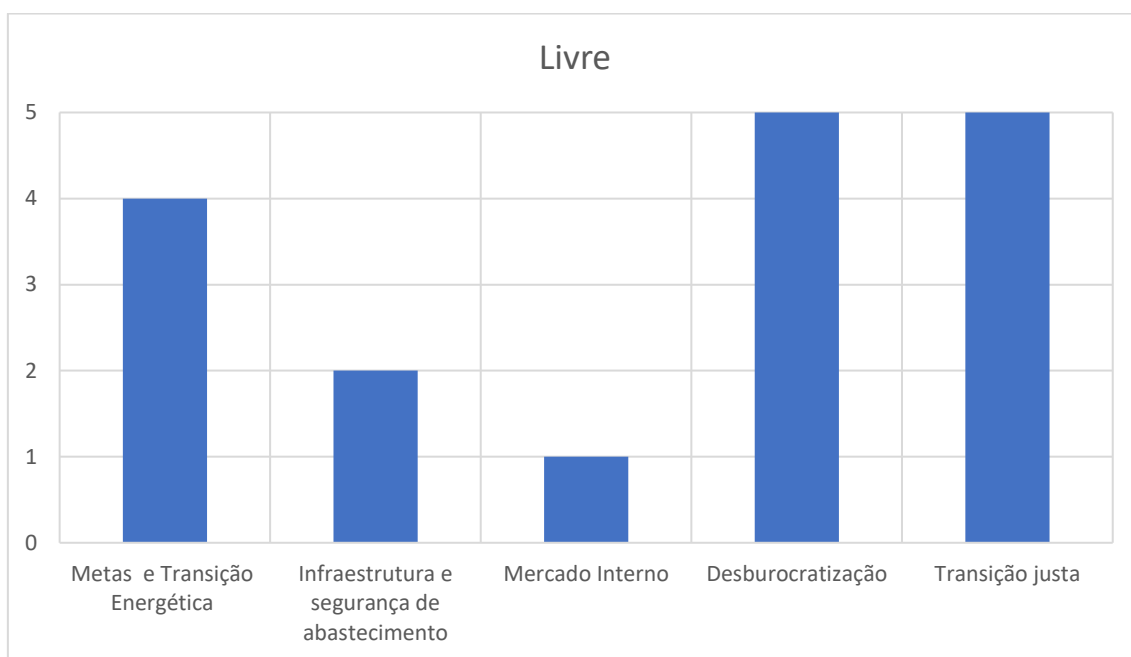
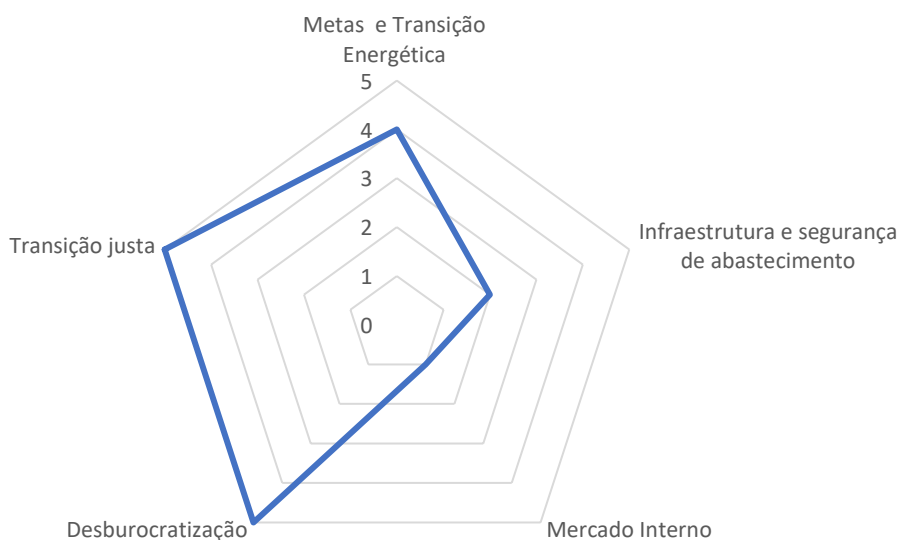


Figura 7 – Classificação de 0 a 5 para os cinco eixos considerados, com base na análise da APREN ao programa eleitoral do partido Livre (demonstrada em gráfico radar).

3.6.

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS (PCP)

Transição Energética e Produção de eletricidade

Comum:

- Transição energética planeada, justa e controlada pelo Estado.
- Promoção de um modelo descentralizado com microprodução e uso de recursos endógenos.
- Redução progressiva das fontes fósseis e transição para renováveis.

Exclusivo PCP:

- Criação de um Plano Energético Nacional (PEN), coordenado por entidades públicas.

Exclusivo PEV:

- Meta de 100% de eletricidade renovável e segura até 2040.
- Transição energética de pequena escala ao serviço das comunidades.

Controlo Público e Regulação

Comum:

- Reversão de privatizações e defesa do controlo público do setor energético.
- Crítica às rendas excessivas e lucros abusivos no setor.

Exclusivo PCP:

- Eliminação de rendas excessivas às produtoras de eletricidade.
- Revisão da estrutura tarifária: IVA reduzido e criação de preços máximos.
- Tarifas bonificadas para agricultura, pescas e transportes.

Exclusivo PEV:

- Crítica à lógica do comércio de emissões e do utilizador-pagador.
- Integração da gestão energética com a água e a biodiversidade.

Infraestruturas e Impacte Ambiental

Comum:

- Rejeição de mega centrais solares e projetos em zonas agrícolas ou sensíveis.
- Promoção da instalação de renováveis em telhados e zonas urbanas.
- Exigência de Avaliações de Impacte Ambiental rigorosas.

Exclusivo PCP:

- Reforço da capacidade científica e técnica em novas tecnologias de conversão energética.

Exclusivo PEV:

- Crítica ao Simplex Ambiental; defesa do reforço da Avaliação de Impacte Ambiental.
- Proibição da exploração de lítio e minerais em zonas sensíveis.
- Moratória à mineração no fundo marinho dos Açores.

Eficiência Energética e Edificado

Comum:

- Promoção da reabilitação urbana e da eficiência energética dos edifícios.

Exclusivo PEV:

- Incentivo à instalação de painéis solares térmicos em parques de estacionamento e edifícios.

Gestão de Recursos Naturais

Exclusivo PCP:

- Prospeção e cartografia de recursos energéticos e minerais estratégicos sob alçada pública.
- Exploração responsável de recursos com integração nacional da cadeia de valor.

Exclusivo PEV:

- Rejeição de mega reservatórios; aposta na reutilização de águas tratadas e recarga de aquíferos.

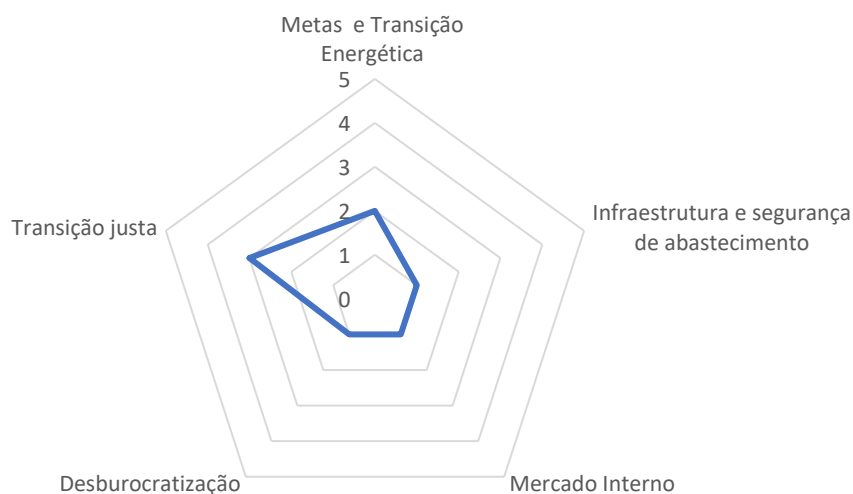
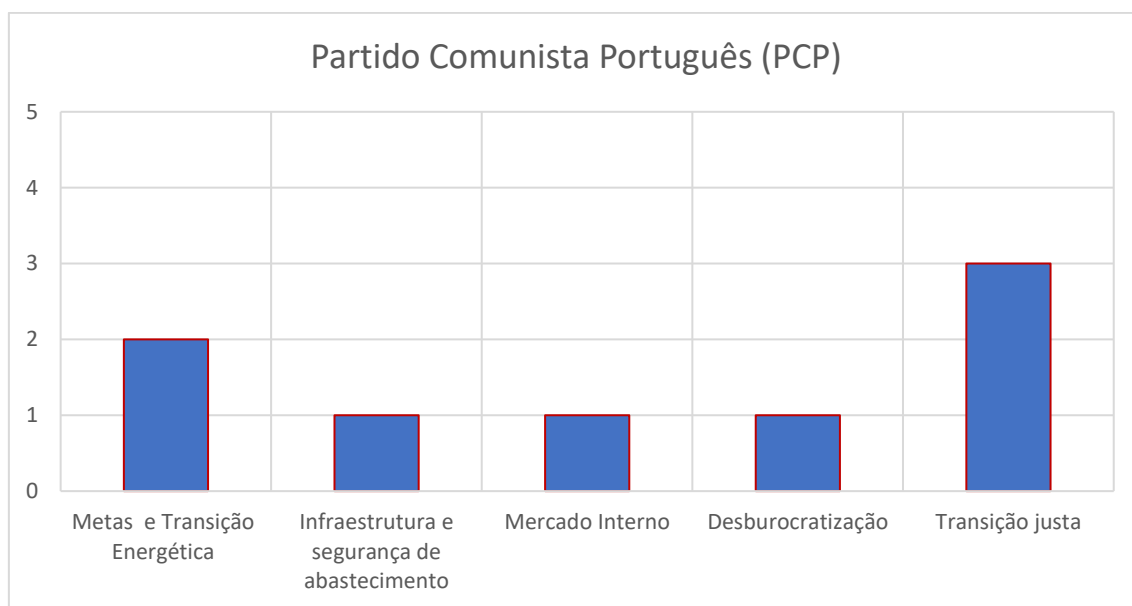


Figura 8 – Classificação de 0 a 5 para os cinco eixos considerados, com base na análise da APREN ao programa eleitoral do Partido Comunista (demonstrada em gráfico radar).

3.7. PARTIDO SOCIALISTA (PS)

1. Energia ao Serviço da Competitividade

1.1 Estratégia Industrial Verde:

- Aprovação da Estratégia Industrial Verde (prevista na Lei de Bases do Clima).
- Apoio à descarbonização industrial (hubs regionais, financiamento europeu, CELE).

1.2 Produção Elétrica:

- Reforço na produção de energia renovável (solar, eólica, oceânica, biomassa, hidrogénio).
- Apoio à produção descentralizada (comunidades de energia, autoconsumo).
- Simplificação de licenciamentos e promoção do armazenamento.
- Desenvolvimento da cadeia industrial offshore.
- Criação da área de AgroEnergia e reforço de interligações internacionais.

1.3 Gases Renováveis:

- Apoio à produção de hidrogénio verde e biometano.
- Leilões centralizados, regulação da injeção na rede e sustentabilidade.

1.4 Minas:

- Estratégia de desenvolvimento sustentável da mineração (com foco no lítio).
- Criação de fundo de compensação territorial.
- Fomento à cadeia de valor das baterias e reciclagem de lítio.

1.5 Eficiência Energética:

- Mecanismo permanente de apoio e incentivos à eficiência energética.
- Promoção de construção sustentável e reabilitação com foco na inércia térmica.

2. Aceleração da Descarbonização

2.1 Ação Climática:

- Novo roteiro para neutralidade carbónica até 2045.
- Cumprimento da Lei de Bases do Clima.
- Criação de gabinete para ação climática e novo mercado voluntário de carbono.
- Fundo de riscos climáticos e medidas de adaptação.

2.2 Resíduos:

- Valorização energética de resíduos e lamas.

2.3 Economia Circular:

- Rede de Ecocentros, passaporte digital do produto, ecodesign.
- Reforço de competências circulares e inovação industrial sustentável.

2.5 Financiamento Sustentável:

- Estratégia nacional de financiamento verde.
- Redução de impostos verdes e fundo de perdas e danos.
- Lei de compensação dos territórios e inclusão do clima no orçamento.

3. Transição Justa e Resiliente

3.1 Pobreza Energética:

- IVA a 6% para famílias até 6,9 kVa.
- Preço regulado para gás engarrafado.
- Reformulação de programas de apoio (Vale Eficiência, edifícios sustentáveis).
- Literacia energética e reabilitação da habitação social.

5. Potencial Oceânico

5.1 Política do Mar:

- Implementação da Estratégia Nacional para o Mar.
- Criação da Agência Portuguesa do Mar e Conselho Nacional para o Mar.
- Revisão do ordenamento do espaço marítimo.
- Classificação de 30% como áreas protegidas até 2026.

5.2 Economia do Mar:

- Aposta na economia azul, robótica subaquática, biotecnologia marinha
- Plano Nacional para as Ciências Marinhas e Hub Azul Portugal
- Estratégia nacional de promoção internacional do setor

5.3 Pesca e Aquicultura:

- Apoio às comunidades piscatórias
- Fomento à aquicultura sustentável como resposta ao elevado consumo de pescado.

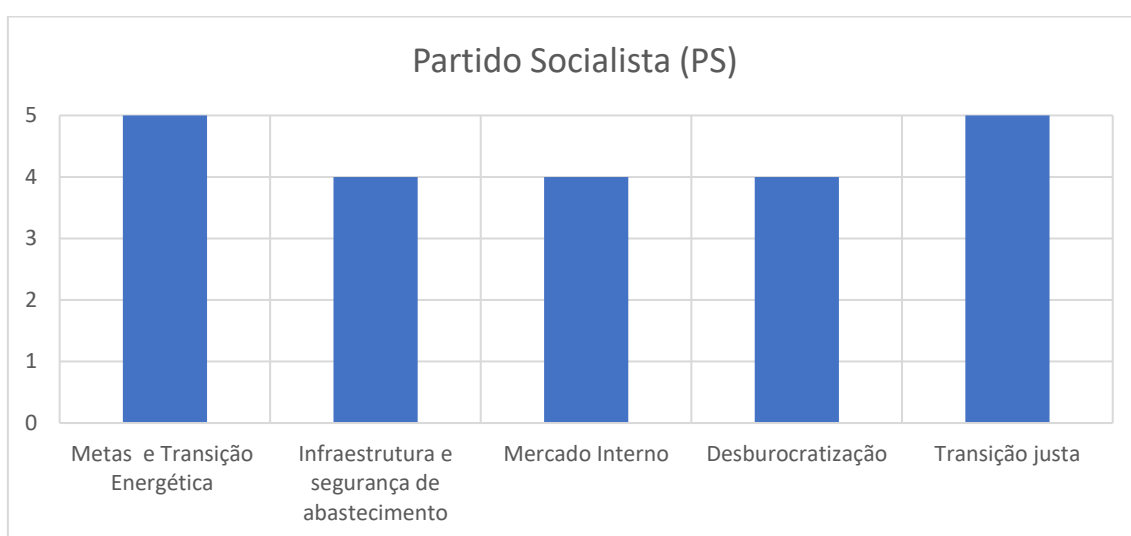
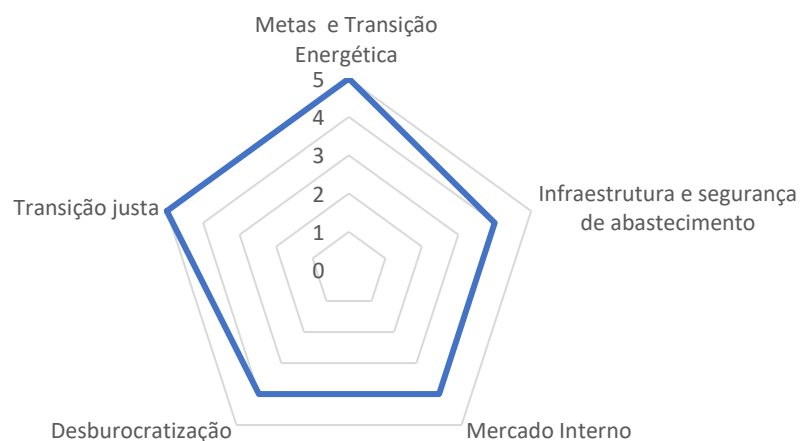


Figura 9 – Classificação de 0 a 5 para os cinco eixos considerados, com base na análise da APREN ao programa eleitoral do Partido Socialista (demonstrada em gráfico radar).

3.8. PESSOAS-ANIMAIS-NATUREZA (PAN)

Transição Energética

- Defender uma mudança urgente do paradigma energético, baseada em fontes limpas e sustentáveis.
- Promover a eletrificação com origem renovável em todos os setores.
- Reduzir progressivamente o consumo de combustíveis fósseis até à sua eliminação.

Eficiência e Independência Energética

- Aumentar a eficiência energética de edifícios públicos e privados.
- Desenvolver um plano para encerrar instalações baseadas em combustíveis fósseis, garantindo que não resultem em mais importações de energia de origem semelhante.
- Incentivar a instalação de painéis fotovoltaicos em áreas urbanas e industriais, evitando florestas e áreas agrícolas.

Combate à Pobreza Energética

- Criar uma estratégia nacional para combater a pobreza energética, indo além do Plano Nacional de Energia e Clima.

Autoconsumo e Comunidades de Energia

- Incentivar o autoconsumo singular, coletivo e comunitário em zonas urbanas e rurais (condomínios, bairros, aldeias, parques industriais).
- Criar um regime de incentivos para Comunidades de Energias Renováveis (CER) de acordo com a RED II.
- Estabelecer como meta que 55% da produção elétrica em 2050 seja proveniente de pequena produção e autoconsumo local.

Energia Renovável

- Investir em energia solar e eólica (onshore e offshore), tanto de forma centralizada como descentralizada.
- Apoiar investigação em novas fontes de energia limpa.
- Incentivar o desenvolvimento de tecnologias de hidrogénio e promover a sua aplicação comercial e doméstica.
- Promover o desenvolvimento da geotermia, tanto do enquadramento jurídico como do conhecimento técnico.
- Investir no desenvolvimento de baterias avançadas, como as de iões de fluoreto.

Impacte Ambiental

- Garantir Avaliação de Impacte Ambiental para todas as instalações de energia renovável de média e grande dimensão.
- Impedir a instalação de projetos de renováveis ou exploração de hidrocarbonetos e mineira em áreas protegidas.

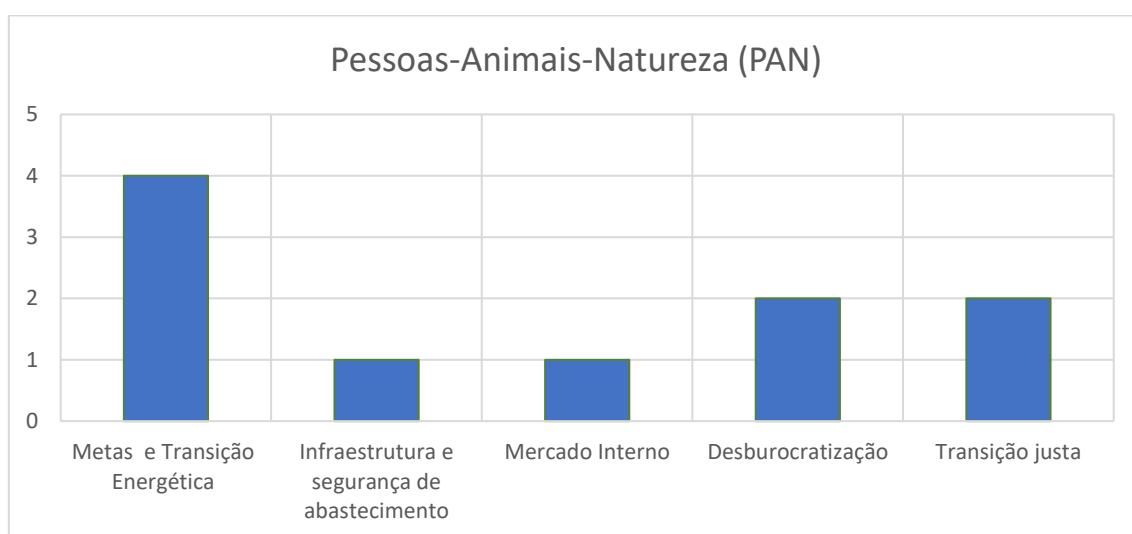
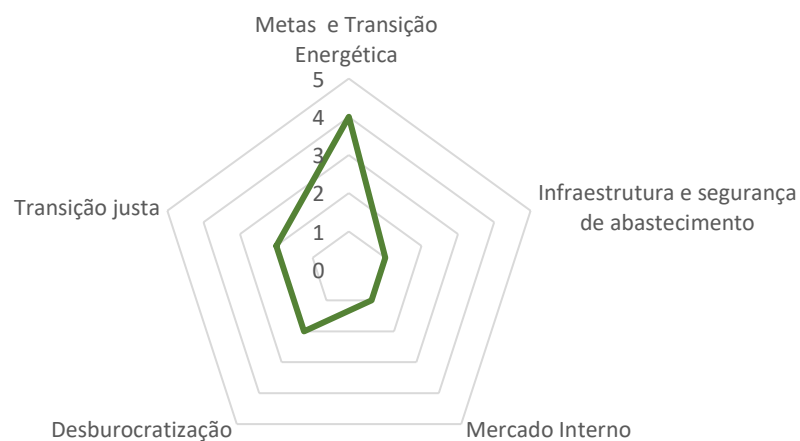


Figura 10 – Classificação de 0 a 5 para os cinco eixos considerados, com base na análise da APREN ao programa eleitoral do partido Pessoas-Animais-Natureza (demonstrada em gráfico radar).